2.ª Repartição

Portaria n.º 3:919

Considerando que o edificio da igreja paroquial da freguesia da Ajuda, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, se encontra encerrado ao culto há mais de três anos, em mau estado de conservação, não sendo necessário para o exercício do mesmo culto;

Considerando que o referido edificio não tem valor arqueológico ou artístico;

Considerando que a mencionada igreja é applicável o disposto nos §§ 3.º e 4.º do artigo 93.º da lei de 20 de Abril de 1911 e a segunda parte do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 3:856, de 22 de Fevereiro de 1918:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do n.º 4.º do artigo 8.º do decreto n.º 5:021, de 29 de Novembro de 1918, que seja definitivamente retirada do culto e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, para os efeitos do artigo 112.º da citada lei de 20 de Abril de 1911, a igreja paroquial da freguesia da Ajuda, concelho de Elvas, distrito de Portalegre.

Paços do Governo da República, 27 de Fevereiro de 1924.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José Domingues dos Santos*.

Portaria n.º 3:920

Considerando que o edificio da igreja paroquial da freguesia de Santo Ildefonso, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, se encontra encerrado ao culto há mais de três anos e em mau estado de conservação;

Considerando que o mesmo edificio cultual não tem valor artístico ou arqueológico;

Considerando que à mesma igreja são applicáveis as disposições dos §§ 3.º e 4.º do artigo 93.º da lei de 20 de Abril de 1911 e do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 3:856, de 22 de Fevereiro de 1918 (2.ª parte do parágrafo):

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do n.º 4.º do artigo 8.º do decreto n.º 5:021, de 29 de Novembro de 1918, que o edificio da igreja paroquial da freguesia de Santo Ildefonso, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, seja definitivamente retirado do culto e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, para os efeitos do artigo 112.º da citada lei de 20 de Abril de 1911.

Paços do Governo da República, 27 de Fevereiro de 1924.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José Domingues dos Santos*.

Portaria n.º 3:921

Considerando que o edificio da igreja paroquial da freguesia do Caia, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, se encontra encerrado ao culto há mais de três anos e em mau estado de conservação, não sendo necessário ao exercício do mesmo culto;

Considerando que o referido edificio não tem valor arqueológico ou histórico;

Considerando que a igreja paroquial da freguesia do Caia é applicável o disposto nos §§ 3.º e 4.º do artigo 93.º da lei de 20 de Abril de 1911 e na segunda parte do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 3:856, de 22 de Fevereiro de 1918:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do n.º 4.º do

artigo 8.º do decreto n.º 5:021, de 29 de Novembro de 1918, que o edificio da igreja paroquial da freguesia do Caia, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, seja definitivamente retirado do culto e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, para os efeitos do artigo 112.º da citada lei de 20 de Abril de 1911.

Paços do Governo da República, 27 de Fevereiro de 1924.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José Domingues dos Santos*.

Portaria n.º 3:922

Considerando que a capela de S. João da Crujeira, sita na freguesia de Alcáçova, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, se encontra há mais de três anos encerrada ao culto e em mau estado de conservação, não sendo para o exercício do mesmo culto necessária;

Considerando que a referida capela não tem valor arqueológico ou artístico, e que lhe é applicável o disposto no artigo 93.º, §§ 3.º e 4.º, da lei de 20 de Abril de 1911 e a segunda parte do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 3:856, de 22 de Fevereiro de 1918:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do n.º 4.º do artigo 8.º do decreto n.º 5:021, de 29 de Novembro de 1918, que a capela de S. João da Crujeira, sita na freguesia de Alcáçova, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, seja definitivamente retirada do culto e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, para os efeitos do artigo 112.º da citada lei de 20 de Abril de 1911.

Paços do Governo da República, 27 de Fevereiro de 1924.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José Domingues dos Santos*.

Portaria n.º 3:923

Considerando que a capela de Nossa Senhora da Paz, sita na freguesia de S. Pedro, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, está encerrada ao culto há mais de três anos e em adiantado estado de ruína, não sendo necessária para o exercício do mesmo culto;

Considerando que a referida capela não tem valor arqueológico ou histórico;

Considerando que a capela de Nossa Senhora da Paz são applicáveis as disposições dos §§ 3.º e 4.º do artigo 93.º da lei de 20 de Abril de 1911 e da segunda parte do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 3:856, de 22 de Fevereiro de 1918:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do n.º 4.º do artigo 8.º do decreto n.º 5:021, de 29 de Novembro de 1918, que a capela de Nossa Senhora da Paz, sita na freguesia de S. Pedro, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, seja definitivamente retirada do culto e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, para os efeitos do artigo 112.º da citada lei de 20 de Abril de 1911.

Paços do Governo da República, 27 de Fevereiro de 1924.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José Domingues dos Santos*.

Portaria n.º 3:924

Considerando que na capela sob a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, concelho de Loures, distrito de Lisboa, se não exerce o culto há mais de dezasseis anos e que o edificio se encontra em péssimo estado de conservação;